

**Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures  
Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Com Garantia Real em  
Segundo Grau, em Série Única para Distribuição Pública, com Esforços  
Restritos de Colocação, da Corumbá Concessões S.A.**

*entre*

**CORUMBÁ CONCESSÕES S.A.,**  
*como Emissora*

*e*

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS,**  
*representando a comunhão dos titulares das Debêntures*

---

Datado de  
18 de outubro de 2012

---

**Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures  
Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Com Garantia Real em  
Segundo Grau, em Série Única para Distribuição Pública, com Esforços  
Restritos de Colocação, da Corumbá Concessões S.A.**

Pelo presente instrumento, como emissora,

**CORUMBÁ CONCESSÕES S.A.**, sociedade anônima sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de Brasília, Distrito Federal, ST Sia Trecho 03 Lote 1875, s/n, Setor de Indústria, CEP 71200-030, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 04.066.598/0001-72, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Corumbá" e/ou "Emissora");

e, como agente fiduciário representando a comunhão dos titulares das debêntures da 1ª (primeira) emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real em segundo grau, em série única da Emissora ("Debenturistas" e, individualmente, "Debenturista"),

**Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 4.200, Bloco 4, sala 514, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma do seu estatuto social ("Agente Fiduciário");

sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante designados, em conjunto, como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte",

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Com Garantia Real em Segundo Grau, Em Série Única para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Corumbá Concessões S.A." ("Escritura"), mediante as cláusulas e condições a seguir.

Os termos aqui iniciados em letra maiúscula terão o significado a eles atribuídos nesta Escritura, ainda que posteriormente ao seu uso.

**CLÁUSULA I  
AUTORIZAÇÕES**

**1.1.** A Escritura é firmada com base nas seguintes autorizações:

1.1.1. Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Emissora, realizada em 17 de outubro de 2012 ("AGE da Emissora"), nas quais foram deliberadas (i) a aprovação da Emissão, bem como seus termos e condições, conforme disposto no artigo 59 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"); (ii) a autorização à Diretoria da Emissora para praticar todos os atos necessários à efetivação das

deliberações consubstanciadas na AGE da Emissora; e (iii) a aprovação para a outorga das Garantias Reais em Segundo Grau (conforme definido na Cláusula 4.14 abaixo).

## **CLÁUSULA II REQUISITOS**

A 1ª(primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real de segundo grau, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, pela Emissora (respectivamente, "Emissão" ou "Oferta Restrita" e "Debêntures") será realizada com observância dos seguintes requisitos:

### **2.1. Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários e na Associação Brasileira de Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais**

2.1.1. A Emissão será realizada nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476") e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada, perante a CVM, do registro de distribuição de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976.

2.1.2. A Emissão não será registrada na Associação Brasileira de Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA") por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação, nos termos do §1º do artigo 25 do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.

### **2.2. Arquivamento na Junta Comercial e Publicação da Ata da AGE Emissora.**

2.2.1. A ata da AGE da Emissora será registrada na Junta Comercial do Distrito Federal ("JCDF"), e será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal e no jornal Valor Econômico – Regional Brasília ("Jornais de Publicação"), nos termos dos artigos 62, inciso I, e 289 da Lei das Sociedades por Ações; e

2.2.2. A Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário cópia da ata de AGE da Emissora, devidamente arquivada na JCDF, bem como das referidas publicações, em até 05 (cinco) dias corridos contados a partir das datas de arquivamento e publicações, respectivamente.

2.2.3. Os atos societários da Emissora que, eventualmente, venham a ser praticados após o registro da presente Escritura de Emissão também serão arquivados na JCDF, bem como serão publicados nos respectivos Jornais de Publicação.

### **2.3. Registro da Escritura e Eventuais Aditamentos na JCDF**

2.3.1. Esta Escritura e seus eventuais aditamentos ("Aditamentos") serão arquivados na JCDF, conforme disposto no artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

## **2.4. Registro para Colocação e Negociação**

### **2.4.1. As Debêntures serão registradas para:**

- (i) distribuição no mercado primário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos (“SDT”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e
- (ii) negociação no mercado secundário por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures (“SND”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente por meio da CETIP.

2.4.2. Não obstante o descrito na Cláusula 2.4.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme abaixo definido) em mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias corridos de sua subscrição ou aquisição pelo Investidor Qualificado, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476 e do cumprimento pela Emissora das obrigações previstas no artigo 17 da referida Instrução.

## **CLÁUSULA III DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO**

### **3.1. Objeto Social da Emissora**

3.1.1. A Emissora tem por objeto social: (i) a exploração do Aproveitamento Hidrelétrico de Corumbá IV, através de empreendimento de construção e exploração de geração de energia elétrica da Usina Corumbá IV, situado no Rio Corumbá, no Município de Luziânia, Estado de Goiás, para a produção de energia elétrica e demais obras complementares; (ii) estudar, planejar, projetar, constituir e explorar os sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, bem como os serviços que lhe tenham sido ou venham a ser concedidos, por qualquer título de direito, podendo administrar e/ou incorporar outros sistemas, prestar serviços técnicos e de consultorias de sua especialidade, organizar subsidiárias, incorporar outras empresas e praticar os demais atos necessários à consecução dos seus objetivos; e (iii) a participação em outras sociedades, comerciais ou civis, como sócia, acionistas ou quotista.

### **3.2. Número da Emissão**

3.2.1. A presente Escritura constitui a 1ª (primeira) emissão de Debêntures da Emissora.

### **3.3. Séries**

3.3.1. A Emissão será realizada em uma única série.

### **3.4. Valor Total da Emissão**

3.4.1. O valor total da Emissão é de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), na Data de Emissão (conforme termos definido abaixo) ("Valor Total da Emissão").

### **3.5. Quantidade de Debêntures**

3.5.1. Serão emitidas 200 (duzentas) Debêntures.

### **3.6. Destinação dos Recursos**

3.6.1. Os recursos captados por meio da Oferta Restrita serão utilizados pela Emissora para o exercício do *Call* (notificação da opção de compra), pela Emissora, relativo à totalidade das ações preferenciais nominativas da Classe "B", detidas pelo Fundo de Investimento em Participações BRB-CORUMBÁ ("FIP-BRB-CORUMBÁ"), conforme estipulado no Capítulo III do Instrumento Particular de Opção de Compra de Ações e Outras Avenças, celebrado em 29 de abril de 2005, mediante resgate da totalidade das ações preferenciais nominativas da Classe "B" da Emissora, com o consequente cancelamento das citadas ações, tão logo se efetue o pagamento total das mesmas ao Fundo de Investimento em Participações FIP-BRB-CORUMBÁ, e eventuais excedentes serão aplicados no capital de giro da Emissora.

### **3.7. Banco Mandatário e Agente Escriturador**

3.7.1. O banco mandatário e o agente escriturador da Emissão é o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no núcleo administrativo denominado "Cidade de Deus", s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara, CEP 06029-900, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12 ("Banco Mandatário" e "Agente Escriturador", respectivamente).

### **3.8. Imunidade Tributária**

3.8.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

### **3.9. Colocação e Procedimento de Distribuição**

3.9.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, sob regime de garantia firme de colocação no montante de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), com a intermediação do Banco Bradesco BBI S.A. ("Coordenador Líder"), nos termos do "Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Com Garantia Real em Segundo Grau, em Série Única, da 1ª Emissão da Corumbá Concessões S.A.", a ser celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder ("Contrato de Distribuição").

3.9.2. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476, conforme previsto no Contrato de Distribuição. Para tanto, o Coordenador Líder poderá



acessar no máximo 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição de Debêntures por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

3.9.2.1. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta Restrita, serão considerados "Investidores Qualificados" aqueles referidos no art. 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409"), observado que: (i) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no item (iv) do artigo 109 da Instrução CVM 409 obrigatoriamente subscreverão ou adquirirão, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.9.2.2. As Partes comprometem-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

3.9.2.3. A Emissora obriga-se a: (i) não contatar ou fornecer informações acerca desta Oferta Restrita a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com o Coordenador Líder; e (ii) informar ao Coordenador Líder, até o Dia Útil imediatamente subsequente, a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta Restrita, comprometendo-se, desde já, a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais investidores neste período.

3.9.2.4. A Emissão não poderá ser aumentada em nenhuma hipótese.

3.9.2.5. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP e com o plano de distribuição previsto no Contrato de Distribuição.

3.9.2.6. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando, dentre outros, estar ciente de que (i) a Emissão não foi registrada perante a CVM e a ANBIMA; (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas nesta Escritura de Emissão, no Contrato de Distribuição e na regulamentação aplicável; e (iii) concorda com todos os termos e condições dessa Emissão.

3.9.2.7. Não será concedido qualquer tipo de desconto aos interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Emissão, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

3.9.2.8. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez, tampouco será celebrado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado, ainda, contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

## CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

### 4.1. Características Básicas

4.1.1. **Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos legais, a data de Emissão das Debêntures será o dia 05 de novembro de 2012 ("Data de Emissão").

4.1.2. **Data de Integralização:** Para todos os fins e efeitos legais, a data de integralização das Debêntures será aquela em haverá a efetiva subscrição e integralização das Debêntures ("Data de Integralização").

4.1.3. **Convertibilidade, Tipo e Forma:** As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora. As Debêntures serão escriturais e nominativas, sem emissão de cautelas ou certificados.

4.1.4. **Espécie:** As Debêntures serão da espécie com garantia real em segundo grau, nos termos da cláusula 4.14 abaixo.

4.1.5. **Prazo e Data de Vencimento:** As Debêntures terão prazo de vencimento de 8 (oito) anos, contados da Data de Emissão, com vencimento em 05 de novembro de 2020 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de Resgate Antecipado Facultativo e de vencimento antecipado, nos termos das Cláusulas Quinta e Sexta, respectivamente. Na Data de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder à liquidação das Debêntures que estiverem em circulação, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração de que trata a Cláusula 4.2 abaixo, calculada na forma prevista nesta Escritura.

4.1.6. **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), na Data de Integralização ("Valor Nominal Unitário").

4.1.7. **Quantidade de Debêntures e Valor Total da Oferta Restrita:** Serão emitidas 200 (duzentas) Debêntures, totalizando R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) na Data de Integralização.

### 4.2. Remuneração

4.2.1. As Debêntures farão jus à remuneração equivalente a 128,85% (cento e vinte e oito inteiros e oitenta e cinco centésimos por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, *over extra grupo* ("Taxa DI Over"), expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na internet ([www.cetip.com.br](http://www.cetip.com.br)) ("Remuneração"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos desde a Data da primeira Integralização ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior das debêntures, conforme aplicável, incidente sobre Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures (conforme termo abaixo definido), devendo ser paga em parcelas semestrais a contar da Data de Emissão (ou na data do vencimento antecipado das Debêntures em razão

da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento, conforme o caso). O cálculo da Remuneração obedecerá a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{Fator DI} - 1)$$

onde:

**J** = Valor da Remuneração devida ao final do Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

**VNe** = Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento; e

**FatorDI** = Produtório das Taxas DI Over com uso percentual aplicado a partir da primeira integralização (data de início de capitalização), inclusive, até o término do Período de Capitalização, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n \left( 1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$$

onde:

**k** = número de ordem da Taxa DI Over, variando de 1 (um) até n;

**n** = número total de Taxas DI Over, consideradas na apuração do "FatorDI", sendo "n" um número inteiro;

**p** = percentual aplicado sobre a Taxa DI, informado com 2 (duas) casas decimais, equivalente a 128,85 (cento e vinte e oito inteiros e oitenta e cinco centésimos); e

**TDI<sub>k</sub>** = Taxa DI Over de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left[ \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} \right] - 1$$

onde:

**DI<sub>k</sub>** - Taxa DI, de ordem k, expressa ao ano, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

#### 4.2.1.1. Observações:

- (i) O fator resultante da expressão  $\left( 1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$  é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- (ii) Efetua-se o produtório dos fatores diários  $\left( 1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$ , sendo que a cada fator diário acumulado trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;



- (iii) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP; e
- (iv) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante do produtório “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

4.2.1.2 Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora decorrentes desta Escritura, não houver divulgação da Taxa DI Over pela CETIP, será aplicada na apuração de  $TDI_k$  a última Taxa DI Over divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a Emissora e os titulares das Debêntures quando da divulgação posterior da Taxa DI Over que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI Over for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, ou caso seja extinta, ou haja a impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI Over a quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora decorrentes desta Escritura, aplicar-se-á o disposto nas Cláusulas 4.2.1.3, 4.2.1.4 e 4.2.1.5 abaixo.

4.2.1.3 No caso de extinção, ausência de apuração e/ou não divulgação da Taxa DI Over por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, e/ou impossibilidade de aplicação da Taxa DI Over às Debêntures, ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis a contar do término do prazo de 10 (dez) dias acima mencionado, convocar assembleia geral de debenturistas (“Assembleia Geral de Debenturistas”) (no modo e prazos estipulados na Cláusula Nona desta Escritura e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Remuneração, que será aplicado observado o disposto na Cláusula 4.2.1.4 abaixo.

4.2.1.4 Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Remuneração entre a Emissora e titulares das Debêntures representando, no mínimo, 65% (sessenta por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculadas *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração com relação às Debêntures a serem resgatadas, será utilizado para a apuração de  $TDI_k$  o valor da última Taxa DI Over divulgada oficialmente, observadas ainda as demais disposições previstas na Cláusula 4.2.1 e seguintes desta Escritura para fins de cálculo da Remuneração.

4.2.1.5 Não obstante o disposto acima, caso a Taxa DI Over venha a ser divulgada antes da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, exceto na hipótese de impossibilidade de sua aplicação por imposição legal ou determinação judicial expressa, esta não será mais realizada e a Taxa DI então divulgada, a partir da respectiva data de referência, será utilizada para o cálculo da Remuneração.

4.2.1.6 Para fins da presente Escritura, a expressão “Dia(s) Útil(eis)” significa qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado nacional na República Federativa do Brasil.

4.2.1.7 Para fins da presente Escritura, entende-se por “Período de Capitalização” o intervalo de tempo que se inicia na Data da primeira Integralização (inclusive), no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, nos casos dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data de pagamento da Remuneração correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

4.2.2. O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente.

#### **4.3. Periodicidade de Pagamento do Valor Nominal Unitário**

4.3.1. O pagamento do Valor Nominal Unitário referente às Debêntures será realizado a partir do 3º (terceiro) ano contado da Data de Emissão, em 5 (cinco) parcelas anuais e sucessivas pela Emissora aos Debenturistas, conforme indicado na tabela abaixo:

<b>Datas de Pagamento do Valor Nominal Unitário</b>	<b>Percentual de Amortização sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures</b>
05 de novembro de 2016	10% (dez por cento)
05 de novembro de 2017	15% (quinze por cento)
05 de novembro de 2018	20% (vinte por cento)
05 de novembro de 2019	25% (vinte e cinco por cento)
05 de novembro de 2020	30% (trinta por cento)

#### **4.4. Periodicidade de Pagamento da Remuneração**

4.4.1. A Remuneração das Debêntures será paga semestralmente, a partir da Data de Emissão até a Data de Vencimento das Debêntures, sendo os pagamentos devidos em maio e novembro de cada ano, com início em 05 de maio de 2013 e final na Data de Vencimento das Debêntures (cada uma, uma “Data de Pagamento da Remuneração”).

#### **4.5. Local de Pagamento**

4.5.1. Os pagamentos a que fizerem jus os Debenturistas serão efetuados pela Emissora utilizando-se, conforme o caso, os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND, ou, para os titulares de Debêntures que não estejam vinculadas ao referido sistema, os procedimentos adotados pelo Agente Escriturador (“Local de Pagamento”).

#### **4.6. Prorrogação dos Prazos**

4.6.1. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes, inclusive pelos Debenturistas no que se refere ao pagamento do preço de subscrição das Debêntures, até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente bancário no Local de Pagamento, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

#### **4.7. Encargos Moratórios**

4.7.1. Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos a: (i) juros de mora calculados desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata temporis*, pela taxa de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial; e (ii) multa moratória convencional, irredutível e de natureza compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago.

#### **4.8. Decadência dos Direitos aos Acréscimos**

4.8.1. O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de Remuneração e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou do comunicado.

#### **4.9. Preço de Subscrição**

4.9.1. As Debêntures serão subscritas e integralizadas em uma única data, pelo seu Valor Nominal Unitário ("Preço de Subscrição").

#### **4.10. Forma de Integralização**

4.10.1. A integralização será realizada à vista, na data de subscrição, em moeda corrente nacional por meio de procedimentos do SDT.

#### **4.11. Repactuação**

4.11.1. Não haverá repactuação das Debêntures.

#### **4.12. Publicidade**

4.12.1. Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos, nos Jornais de Publicação, bem como na página da Emissora na rede internacional de computadores ([www.corumbaconcessoes.com.br](http://www.corumbaconcessoes.com.br)) ("Avisos aos Debenturistas"), observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da oferta pública das Debêntures e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização. A publicação do referido Aviso aos Debenturistas poderá ser substituída por correspondência registrada entregue a todos os titulares de Debêntures e ao Agente Fiduciário.

#### **4.13. Comprovação de Titularidade das Debêntures**

4.13.1. A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Agente Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP, em nome do Debenturista, quando esses títulos estiverem custodiados eletronicamente no SND.

#### **4.14 Garantias Reais em Segundo Grau**

4.14. Como garantia do fiel, pontual e integral pagamento do Valor Garantido (abaixo definido) a Emissão contará com as seguintes garantias em segundo grau, sob condição suspensiva, nos termos do artigo 125 da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"):

(i) Penhor em segundo grau de 146.953.256 (cento e quarenta e seis milhões, novecentas e cinquenta e três mil e duzentas e cinquenta e seis) ações ordinárias de emissão da Emissora de titularidade da Serveng Civisan S.A. Empresas Associadas de Engenharia ("Serveng") e da C&M Engenharia Ltda. ("C&M") e, em conjunto com a Serveng, "Garantidoras", representativas de 21,2% (vinte e um inteiros e dois décimos por cento) do capital social da Emissora, nos termos do Contrato de Penhor de Ações e outras Avenças ("Penhor de Ações" e "Contrato de Penhor de Ações", respectivamente); e

(ii) Penhor em segundo grau de todos e quaisquer direitos, presente e/ou futuros, decorrentes, relacionados e/ou emergentes do Contrato de Concessão firmado entre a Emissora e a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições, nos termos do Contrato de Penhor de Direitos Emergentes da Concessão ("Direitos Emergentes da Concessão") e quando em conjunto com Penhor de Ações, "Garantias", e "Contrato de Penhor de Direitos Emergentes da Concessão", quando em conjunto com Contrato de Penhor de Ações, "Contratos de Garantia").

### **CLÁUSULA V RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO E AQUISIÇÃO FACULTATIVA**

#### **5.1. Resgate Antecipado Facultativo**

5.1.1. A Emissora poderá, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, a seu exclusivo critério, a partir da Data de Emissão realizar o resgate antecipado facultativo, total ou parcial das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo").

5.1.1.1. O Resgate Antecipado Facultativo somente poderá ocorrer mediante a publicação de comunicação dirigida aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário a ser amplamente divulgada ("Comunicação de Resgate") com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo a ser implementado pela Emissora ("Data de Resgate Antecipado"). A Data de Resgate Antecipado deverá, obrigatoriamente, ser



um Dia Útil. Todas as Debêntures que vierem a ser resgatadas serão liquidadas na mesma data.

5.1.2. Na Comunicação de Resgate deverá constar: (i) a Data de Resgate Antecipado; (ii) na hipótese de ocorrer o Resgate Antecipado Facultativo, mencionar se esse será total ou parcial; (iii) a menção de que o valor correspondente ao pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures será acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, ou desde a última Data de Pagamento de Remuneração, conforme o caso, e dos demais encargos devidos e não pagos até a Data de Resgate Antecipado; (iv) a menção de que sobre o valor do item “iii” acima incidirá um prêmio determinado com base na Data de Resgate Antecipado (“Valor de Resgate”); e (iv) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo.

5.1.2.1. Além do pagamento do Valor Nominal Unitário ou saldo do valor nominal, conforme o caso, das Debêntures acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data da primeira Integralização, ou desde a última Data de Pagamento de Remuneração, conforme o caso, até a Data de Resgate Antecipado, a Emissora deverá pagar prêmio incidente sobre o saldo devedor das Debêntures que serão resgatadas ou amortizadas conforme indicado no período na tabela abaixo (“Prêmio”):

Período	Prêmio Incidente
Até 05 de novembro de 2013	2,90%
Até 05 de novembro de 2014	2,50%
Até 05 de novembro de 2015	2,10%
Até 05 de novembro de 2016	1,75%
Até 05 de novembro de 2017	1,35%
Até 05 de novembro de 2018	0,95%
Até 05 de novembro de 2019	0,60%
Até 05 de novembro de 2020	0,20%

5.1.3. No caso de Resgate Antecipado Facultativo parcial, aplicar-se-á o disposto no parágrafo 2º (segundo), inciso I, do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, sendo que o Agente Fiduciário coordenará o sorteio com relação à totalidade dos Debenturistas detentores de Debêntures em Circulação, observado, para tanto, o disposto na Cláusula 5.1.3.1 abaixo.

5.1.3.1. No caso do Resgate Antecipado Facultativo parcial mencionado acima, tal Resgate Antecipado Facultativo deverá ser realizado para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND de acordo com os procedimentos adotados pela CETIP, sendo que a operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo será realizada por meio de “operação de compra e venda definitiva no mercado secundário”, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalizar o evento parcial, não haverá a necessidade de ajuste a esta Escritura ou qualquer outra formalidade.

5.1.4. No caso de Resgate Antecipado Facultativo total das Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente no SNTD, o resgate total seguirá os procedimentos de liquidação de eventos adotados pela CETIP.

5.1.5. A CETIP deverá ser comunicada pela Emissora, com anuência do Agente Fiduciário, sobre o respectivo Resgate Antecipado Facultativo com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da respectiva Data de Resgate Antecipado.

5.1.6. As Debêntures resgatadas pela Emissora, conforme previsto nesta Cláusula 6.1, serão obrigatoriamente canceladas.

## **5.2. Aquisição Facultativa**

5.2.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, observado o estipulado no artigo 13 da Instrução CVM 476, adquirir Debêntures em Circulação, de acordo com o disposto no parágrafo 3º (terceiro) do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula 6.1, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em Circulação.

## **CLÁUSULA VI VENCIMENTO ANTECIPADO**

6.1. Observado o disposto nas Cláusulas 6.1.1 a 6.1.4 abaixo, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data do seu efetivo pagamento, na ocorrência de eventos estabelecidos na legislação aplicável ou ao tomar ciência da ocorrência das seguintes hipóteses (cada um desses eventos, um “Evento de Inadimplemento”):

(i) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora e /ou das Garantidoras, independentemente do deferimento do respectivo pedido;

(ii) (a) decretação de falência da Emissora e /ou das Garantidoras; (b) pedido de autofalência pela Emissora e /ou das Garantidoras; (c) pedido de falência da Emissora e /ou das Garantidoras formulado por terceiros não elidido no prazo legal;

(iii) não pagamento pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária das Debêntures na respectiva data de vencimento, não sanado em até 1 (um) Dia Útil contado das respectivas datas de vencimento, independente de aviso extrajudicial ou interpelação judicial;

(iv) liquidação, dissolução, extinção, cisão, fusão, incorporação, venda ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora que implique na alienação do controle acionário direto da Emissora, exceto se a referida alienação (i) for realizada entre a Emissora e suas controladas, controladoras, coligadas e sociedades sob controle comum

("Grupo Econômico"), desde que tal reorganização societária não altere o controle indireto da Serveng, independentemente de qualquer comunicação; ou (i') for previamente aprovada por Debenturistas;

(v) protesto legítimo de títulos cambiários contra a Emissora cujo valor unitário ou agregado ultrapasse R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), salvo se (i) o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado perante o Agente Fiduciário, ou (ii) se o protesto for cancelado, sustado judicialmente, ou for prestada garantia aceita em juízo, no valor do(s) protesto(s), no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis, contados da ocorrência do protesto;

(vi) não cumprimento de qualquer decisão arbitral definitiva ou sentença judicial transitada em julgado contra a Emissora em valor individual ou agregado superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas, desde que a Emissora não comprove o pagamento ao Agente Fiduciário no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis a partir do referido pagamento, do referido valor, nos prazos e termos estabelecidos em referida decisão judicial transitada em julgado ou decisão arbitral definitiva;

(vii) término antecipado da concessão;

(viii) não obtenção, cancelamento, revogação, suspensão das autorizações, licenças, inclusive ambientais, imprescindíveis e materialmente relevantes exigidas para operar;

(ix) inobservância e infringência pela Emissora das obrigações estabelecidas pela legislação socioambiental e de saúde e segurança do trabalho, tais como combate a discriminação de raça ou gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, assédio moral ou sexual, bem como a crime contra o meio ambiente e/ou existência de restrições cadastrais, mas não se limitando ao Cadastro de Empregadores que tenham mantido trabalhadores em condições análogas à de escravo definidas na Portaria nº 540, de 15 de outubro de 2004, do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, bem como dos Princípios do Equador;

(x) arresto ou sequestro ou penhora de bens (exceto quando na penhora forem opostos, no prazo legal, os competentes embargos à execução) de bens do ativo permanente da Emissora, cujo valor individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, exceto se, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos contados da data do fato, o arresto ou sequestro seja cancelado ou suspenso;

(xi) comprovação de que qualquer declaração prestada pela Emissora e /ou pelas Garantidoras em qualquer dos documentos relacionados à Emissão são falsas, incorretas, inconsistentes, incompletas ou enganosas em quaisquer aspectos relevantes;

(xii) pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra forma de remessa de recursos aos acionistas caso haja qualquer inadimplemento no âmbito da Emissão (pecuniário ou não pecuniário, desde que não sanado em prazo de cura acordado) da Emissora, exceto o pagamento do dividendo mínimo obrigatório;

(xiii) transformação do tipo societário da Emissora, de sociedade anônima para sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 e 221, e sem prejuízo do disposto no artigo 222, todos da Lei das Sociedades por Ações;

(xiv) descumprimento, pela Emissora e /ou pelas Garantidoras, de qualquer obrigação não-pecuniária prevista nesta Escritura e nos Contratos de Garantia, não sanada no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis contados da data da ocorrência do descumprimento;

(xv) autuação pelos órgãos governamentais de caráter fiscal, ambiental ou defesa da concorrência, entre outros, que possa vir afetar a capacidade operacional ou financeira da Emissora, bem como descumprimento dos Princípios do Equador; e

(xvi) alteração direta do controle acionário da Emissora que modifique substancialmente as atividades atualmente por ela praticadas, excetuadas transferências de ações decorrentes de reorganizações entre sociedades integrantes do mesmo grupo econômico, sendo que, para fins desse item, controle acionário tem o significado disposto no art.116 da Lei das Sociedades por Ações;

(xvii) caso a relação Dívida Líquida/EBITDA, durante o Prazo de Vigência das Debêntures, ultrapasse os seguintes índices nos anos indicados:

Ano	Índice
2012	4,7x
2013	4,4x
2014	4,0x
2015	3,5x
2016	2,7x
2017 em diante	2,0x

Para os fins do disposto no inciso no item acima entender por:

(i) "Dívida Líquida": a somatória da rubrica de empréstimos, financiamentos e debêntures no passivo circulante e não-circulante, acrescida da rubrica de operações com derivativos do passivo circulante e não-circulante, bem como qualquer outra rubrica que se refira à dívida financeira onerosa da Emissora que venha a ser criada, com exceção de fornecedores em geral, excluída a rubrica de disponibilidades, aplicações financeiras e operações com derivativos do ativo circulante e não-circulante, com base em valores extraídos do balanço patrimonial consolidado da Emissora;

(ii) "EBITDA": o lucro operacional antes de juros, tributos, amortização e depreciação ao longo dos últimos 12 (doze) meses, conforme cada item seja reportado nas demonstrações financeiras da Emissora, apurados segundo as normas contábeis aplicáveis.

6.1.1. A Emissora obriga-se a, tão logo tenha conhecimento de qualquer dos eventos descritos nos itens acima, comunicar em até 1 (um) Dia Útil ao Agente Fiduciário para que este tome as providências devidas.



6.1.2. A ocorrência dos eventos descritos nos itens (ii), (iii), (iv), (v), (vii), (xii), (xiv) e (xvii) acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

6.1.2.1. Exceto conforme previsto na Cláusula 6.1.2 acima, que acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, na ocorrência de quaisquer dos demais eventos indicados na Cláusula 6.1 desta Escritura, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro do prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula IX e o quorum específico estabelecido na Cláusula 6.1.3 abaixo.

6.1.3. A Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere à Cláusula 6.1.2.1. anterior poderá, por deliberação dos Debenturistas que representem, no mínimo, 65% (sessenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures.

6.1.4. Não se realizando a Assembleia Geral de Debenturistas, conforme disposto na Cláusula 6.1.3 supra, no caso de não instalação, em segunda convocação, da referida Assembleia Geral de Debenturistas, deverá o Agente Fiduciário declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração e encargos até a data de seu efetivo pagamento.

6.1.5. Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, nas hipóteses dos itens 6.1.2 e 6.1.4 o Agente Fiduciário deverá enviar notificação à Emissora, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis, informando o vencimento antecipado.

6.1.6. Caso ocorra o pagamento citado no item 6.1.5, a CETIP deverá ser comunicada, pela Emissora, com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis (conforme abaixo definido) de antecedência da data estipulada para sua realização.

## **CLÁUSULA VII**

### **OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA**

7.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, ainda, a:

(i) fornecer ao Agente Fiduciário:

- a. os Avisos aos Debenturistas, fatos relevantes conforme definido na Instrução CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Instrução CVM 358”) e atas de assembleias que envolvam matérias que possam, a critério da Emissora, de alguma forma, impactar os valores mobiliários de emissão da Emissora, afetar sua capacidade de pagamento ou causar efeito adverso relevante sobre as Debêntures, em até 3 (três) Dias Úteis da data em que

forem divulgados ao mercado, ressalvado que caso venham a ser solicitados quaisquer desses documentos pelo Agente Fiduciário e que não tenham sido originalmente encaminhados pela Emissora, essa deverá enviá-los em até 03 (três) Dias Úteis;

- b. no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis contados do recebimento da respectiva solicitação, cópia de todos os documentos que venham a ser razoavelmente solicitados pelo Agente Fiduciário com relação a qualquer incorporação, fusão, cisão ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, incluindo cópia das demonstrações financeiras da Emissora levantadas após cada um destes eventos; cópia de qualquer notificação judicial recebida pela Emissora, imediatamente após seu recebimento, que possa resultar, a critério da Emissora, em um efeito adverso materialmente relevante sobre as Debêntures no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da data do seu recebimento, ressalvado que caso venham a ser solicitados quaisquer desses documentos pelo Agente Fiduciário e que não tenham sido originalmente encaminhados pela Emissora, essa deverá enviá-los em até 3 (três) Dias Úteis;
- c. os comprovantes de cumprimento de suas obrigações pecuniárias perante os Debenturistas no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da respectiva data de vencimento;
- d. informações a respeito da ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento. Essas informações deverão vir acompanhadas de um relatório da Emissora contendo a descrição da ocorrência e das medidas que a Emissora pretende tomar com relação a tal ocorrência, o qual deverá ser entregue ao Agente Fiduciário em até 3 (três) Dias Úteis da verificação da ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento;
- e. dentro de 10 (dez) Dias Úteis, qualquer informação que, razoavelmente, venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, não abrangida pelas demais alíneas deste item (i), a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura e da Instrução da CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28") e
- f. dentro de, no máximo, 120 (cento e vinte) dias consecutivos da data de encerramento de cada exercício social ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (i) todos os dados financeiros, inclusive demonstrações financeiras referentes ao exercício social então encerrado, completas e auditadas da Emissora, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, (ii) relatório consolidado da memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção relação Dívida Líquida/EBITDA, devidamente auditada pelos auditores independentes contratados pela Emissora, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora e/ou aos auditores independentes todos os esclarecimentos adicionais que se façam necessários, (iii) declaração de diretor da Emissora atestando o cumprimento das disposições desta Escritura,

(iv) atos societários e (v) todos os demais documentos necessários à realização do relatório mencionado no item (xii) da Cláusula 9.4.1 abaixo que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do referido relatório na CVM;

- g. no prazo de até 10 (dez) dias contados da data da respectiva inscrição na JCDF, uma via original desta Escritura e de seus aditamentos; e
- h. informar e enviar o organograma, todos os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme Instrução CVM 28, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização na CVM. O referido organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, controladores, controladas, controle comum, coligadas, e integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social.

(ii) manter contratados durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Mandatário, o Agente Escriturador, o Agente Fiduciário e todas e quaisquer outras providências necessárias para a manutenção das Debêntures;

(iii) notificar em até 1 (um) Dia Útil o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial, material e adversamente relevante nas condições financeiras, econômicas ou comerciais da Emissora (a) que possa, comprovadamente, afetar a decisão, por parte dos investidores, de adquirir as Debêntures; ou (b) que possa impossibilitar ou dificultar de forma relevante o cumprimento, pela Emissora, a seu exclusivo critério, de suas obrigações decorrentes desta Escritura e das Debêntures; ou (c) que faça com que as demonstrações ou informações financeiras fornecidas pela Emissora não mais reflitam a real condição econômica e financeira da Emissora

(iv) manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário por meio do SND, administrado pela CETIP, durante o prazo de vigência das Debêntures, efetuando pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao referido registro;

(v) cumprir com todas as obrigações previstas na Instrução CVM 476, em especial as estabelecidas em seu artigo 17, e demais normativos aplicáveis à Emissão, ou seja:

- a. preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, e com as regras emitidas pela CVM;
- b. submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
- c. divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores no endereço [www.corumbaconcessoes.com.br](http://www.corumbaconcessoes.com.br), e encaminhar à CETIP, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;

- d. manter os documentos mencionados na alínea (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de três anos;
  - e. observar as disposições da Instrução CVM 358, no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
  - f. divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Coordenador Líder; e
  - g. fornecer as informações solicitadas pela CVM e pela CETIP;
- (vi) observar toda a legislação aplicável à Emissora e à Emissão, incluindo, sem limitação, as normas de conduta previstas no artigo 48 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), com exceção do seu inciso III;
- (vii) comunicar imediatamente à CVM, à CETIP e ao Agente Fiduciário qualquer inadimplência no cumprimento das obrigações contraídas perante os Debenturistas;
- (viii) convocar, nos termos das Cláusulas 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 desta Escritura, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que se relacione com a presente Emissão caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (ix) manter atualizados e em boa ordem os livros e registros societários;
- (x) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (xi) não praticar nenhum ato em desacordo com seu Estatuto Social ou com esta Escritura, em especial os que possam, diretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os titulares das Debêntures;
- (xii) cumprir todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, inclusive ambientais, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua bens, bem como com os padrões e diretrizes estabelecidos pelos Princípios do Equador adotando medidas e ações necessárias à prevenção, mitigação, correção e compensação de eventuais danos e/ou irregularidades ambientais e sociais, e declara ainda que a utilização dos valores objeto das Debêntures não implicará violação de seus dispositivos;
- (xiii) aplicar recursos obtidos por meio da Emissão de Debêntures, por si ou por empresa integrante do seu grupo econômico, estritamente conforme o descrito na Cláusula 3.6 acima;
- (xiv) atender de forma eficiente às solicitações razoáveis e fundamentadas dos titulares das Debêntures e do Agente Fiduciário;
- (xv) manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura, no



que for aplicável;

(xvi) enviar à CETIP: (a) as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas na alínea (c) do subitem (iii) acima; (b) documentos e informações exigidas por esta entidade no prazo de 1 (um) dia útil a contar do recebimento de notificação nesse sentido; assim como (c) atender integralmente as demais obrigações previstas no Comunicado CETIP nº 28, de 2 de abril de 2009;

(xvii) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;

(xviii) manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço; e

(xix) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas sempre que solicitado e convocado nos prazos previstos nesta Escritura.

## **CLÁUSULA VIII AGENTE FIDUCIÁRIO**

### **8.1. Nomeação**

8.1.1. A Emissora constitui e nomeia Agente Fiduciário da Emissão a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, qualificada no preâmbulo desta Escritura, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar a comunhão dos Debenturistas.

### **8.2. Declaração**

8.2.1. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura, declara, sob as penas da lei:

(i) não tem, sob as penas de lei, qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, a Instrução CVM 28, e demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;

(ii) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;

(iii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;

(iv) conhecer e aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;

(v) não ter nenhuma ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;

- (vi) está ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
- (vii) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (viii) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (ix) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (x) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (xi) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura, na Data de Emissão;
- (xii) o seu representante legal que assina esta Escritura tem poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatário, teve os poderes legitimamente outorgados, estando o respectivo mandato em pleno vigor, conforme disposições de seu estatuto social;
- (xiii) na data de assinatura desta Escritura, as Garantias encontram-se devidamente constituídas, entretanto, não são oponíveis perante terceiros até que sejam realizados os devidos registros nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, nos termos da cláusula 2.5;
- (xiv) com base no organograma disponibilizado pela Emissora, para os fins do disposto no artigo 12, alínea k, da Instrução CVM 28, inexistem outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela Emissora ou por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, nos termos da Instrução CVM 28.; e
- (xv) assegura e assegurará, nos termos do parágrafo 1º do artigo 10 da Instrução CVM 28, tratamento equitativo a todos os debenturistas de eventuais emissões de debêntures realizadas pela Companhia, sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Companhia, em que venha atuar na qualidade de agente fiduciário.

### 8.3. Substituição

8.3.1. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou, caso ainda restem obrigações da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão inadimplidas após a Data de Vencimento, até que todas as obrigações da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão sejam integralmente cumpridas, ou, ainda, até sua efetiva substituição.

8.3.2. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo Agente Fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto na Cláusula 9.3.6 abaixo.

8.3.3. Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

8.3.4. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento da Oferta Restrita, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

8.3.5. A substituição em caráter permanente do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura, devendo o mesmo ser arquivado na JCDF.

8.3.6. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto iniciará o exercício de suas funções na data do aditamento a esta Escritura relacionado à referida substituição e receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

8.3.7. o agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la à Emissora e aos Debenturistas nos termos da Cláusula 11.1 abaixo; e

8.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito baixados por atos da CVM.

## **8.4. Deveres**

8.4.1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (ii) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (v) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos Aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (vii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (viii) verificar a regularidade da constituição das garantias reais, bem como o valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- (ix) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, dos cartórios de protesto, das Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas do Trabalho e da Procuradoria da Fazenda Pública onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- (x) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, que deverá ser arcada por esta;
- (xi) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos Jornais de Publicação, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura;
- (xii) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (xiii) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea "b" da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:



- (a) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
  - (b) alterações estatutárias ocorridas no período;
  - (c) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
  - (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
  - (e) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
  - (f) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
  - (g) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
  - (h) relação dos bens e valores entregues à sua administração, se for o caso;
  - (i) pagamentos de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
  - (j) declaração sobre a suficiência e exequibilidade das Garantias; e
  - (k) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28.
- (xiv) disponibilizar o relatório de que trata a alínea (xii) imediatamente anterior aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- (a) na sede da Emissora;
  - (b) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;
  - (c) na CVM e na CETIP; e
  - (d) na sede do Coordenador Líder.
- (xv) publicar, às expensas da Emissora, nos Jornais de Publicação, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea (xiii) imediatamente anterior;

(xvi) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, Instituição Depositária e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora expressamente autoriza, desde já, o Banco Mandatário, o Agente Escriturador e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures e seus respectivos Debenturistas;

(xvii) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;

(xviii) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:

(a) à CVM; e

(b) à CETIP;

(xix) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas; e

(xx) calcular, em conjunto com a Emissora, de acordo com a fórmula prevista na Cláusula 4.2 deste instrumento, o Valor Nominal Unitário das Debêntures, disponibilizando-o aos Debenturistas e aos participantes do mercado por meio de sua central de atendimento e/ou em seu site.

## **8.5. Atribuições Específicas**

8.5.1. O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a Emissora, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

(i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, nos termos da Cláusula 6.1 desta Escritura;

(ii) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;

(iii) requerer a falência da Emissora; e

(iv) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

8.5.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (i) a (iii) da Cláusula 8.5.1 acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos

titulares das Debêntures em Circulação quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea (iv) da Cláusula 8.5.1 acima.

8.5.3. Os atos ou manifestações do Agente Fiduciário que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como os atos ou manifestações relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando assim previamente deliberados pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.

8.5.4 O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão cuja definição seja de competência dos Debenturistas, comprometendo-se somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações a ele transmitidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução 28 da CVM, dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações e dos termos e condições desta Escritura, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável ou desta Escritura.

## **8.6. Remuneração do Agente Fiduciário**

8.6.1. Será devida ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, remuneração composta de parcelas anuais de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), sendo a primeira devida no 5º (quinto) dia útil após a data de assinatura da Escritura e as demais nas mesmas datas dos anos subsequentes. A remuneração será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

8.6.1.1. As remunerações previstas na Cláusula 8.6.1 acima serão devidas mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora

8.6.1.2. As parcelas da remuneração referenciadas na Cláusula 8.6.1 acima serão atualizadas pelo Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, a partir da Data de Emissão, ou ainda, na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento até as datas de pagamento seguintes, calculados *pro rata die*, se necessário.

8.6.1.3. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente a ser indicada pelo Agente Fiduciário.

8.6.1.4. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração

inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição, à Emissora, mediante instrução da mesma nesse sentido.

8.6.1.5. Caso sejam alteradas as condições da Emissão, a Emissora e o Agente Fiduciário se comprometem a avaliar os impactos destas alterações nos serviços ora descritos visando à alteração da remuneração do Agente Fiduciário.

8.6.1.6. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, se assim possível, e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto na legislação aplicável, ressarcidas pela Emissora.

8.6.1.7. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e terá preferência sobre as Debêntures na ordem de pagamento.

8.6.2. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração mencionada na Cláusula 8.6.1 acima, os débitos em atraso ficarão sujeitos aos Encargos Moratórios conforme Cláusula 4.7. acima.

8.6.3. As parcelas da remuneração mencionada na Cláusula 8.6.1 acima serão acrescidas de (i) Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza (ISS); (ii) Programa de Integração Social (PIS); (iii) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS); (iv) Imposto de Renda (IRRF) e (v) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e (vi) quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

8.6.4. Na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento da remuneração mencionada na Cláusula 8.6.1 acima por um período superior a 30 (trinta) dias, referida remuneração será suportada pelos Debenturistas, assim como as despesas reembolsáveis, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia aos Debenturistas para cobertura de risco de sucumbência.

8.6.5. A remuneração não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de agente fiduciário, durante a implantação e vigência do serviço, as quais serão cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em nome da Emissora ou mediante reembolso, após prévia aprovação, quais sejam: publicações em geral, notificações, extração de certidões, viagens e estadias, despesas com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal aos Debenturistas.

## **8.7. Despesas**

8.7.2. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses



dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

8.7.3. O ressarcimento a que se refere esta Cláusula será efetuado, em até 30 (trinta) dias corridos, após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora mediante entrega das cópias dos comprovantes de pagamento.

8.7.4. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário tenha que incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, sempre que possível, e adiantadas pelos Debenturistas na proporção de seus créditos, exceto nas hipóteses em que as despesas sejam feitas em caráter de comprovada urgência, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

8.7.5. As despesas a que se refere esta Cláusula compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (i) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (ii) extração de certidões e despesas cartorárias e com correios quando necessárias ao desempenho da função de Agente Fiduciário;
- (iii) locomoções entre estados da Federação e respectivas hospedagens e alimentação quando necessárias ao desempenho das suas funções;
- (iv) despesas com *conference call* e contatos telefônicos, especialistas, tais como assessoria legal aos Debenturistas em caso de vencimento antecipado das Debêntures, bem como depósitos, custas e taxas judiciais de ações judiciais propostas pelos Debenturistas, por meio do Agente Fiduciário, ou decorrentes de ações intentadas contra estes, no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas; e
- (v) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

8.7.6. O crédito do Agente Fiduciário por despesas em que tenha incorrido para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenha sido saldado na

forma descrita nas Cláusulas 8.7.1 e 8.7.2 acima, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

## **CLÁUSULA IX**

### **ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS**

À Assembleia Geral de Debenturistas aplicar-se-á ao disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

#### **9.1. Convocação**

9.1.1. A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora ou por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

9.1.2. A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora efetue suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

9.1.3. As Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas, em primeira convocação, em prazo mínimo de 15 (quinze) dias, contados da data da primeira publicação da convocação, ou, não se realizando a Assembleia Geral de Debenturistas, em segunda convocação, em um prazo de 8 (oito) dias, contados da data da publicação do novo anúncio de convocação.

9.1.4. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido na respectiva Assembleia.

#### **9.2. Quorum de Instalação**

9.2.1. A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo) e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

9.2.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quoruns de instalação e/ou deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura, consideram-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle), sociedades sob controle comum, ou administradores (conselheiros ou diretores) da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas, até segundo grau.

### **9.3. Quorum de Deliberação**

9.3.1. Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 9.3.2 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 65% (sessenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

9.3.2. Não estão incluídos no quorum a que se refere a Cláusula 9.3.1 acima:

- (i) os quoruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura, caso aplicável; e
- (ii) qualquer alteração: (a) na Remuneração, exceto pelo disposto na Cláusula 4.2.1.4 acima; (b) em quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura; (c) nos Eventos de Inadimplemento e em quaisquer disposições previstas na Cláusula VI desta Escritura; (d) nas regras relacionadas ao Resgate Antecipado Facultativo previstas na Cláusula V desta Escritura; (e) na Data de Vencimento; e/ou (f) na espécie das Debêntures; em qualquer destas 6 (seis) hipóteses, será necessária a aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação.

9.3.3. As alterações dos quoruns estabelecidos nesta Escritura e/ou das disposições estabelecidas nesta Cláusula 9.3 deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação.

9.3.4. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas, a não ser quando ela seja solicitada pelo Agente Fiduciário nos termos desta Escritura, hipótese em que será obrigatória.

9.3.5. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas para prestar aos titulares de Debêntures as informações que lhe forem solicitadas.

### **CLÁUSULA X DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA**

#### **10.1. Declarações da Emissora**

10.1.1. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (i) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias, inclusive as societárias, a celebrar esta Escritura e a cumprir todas as obrigações nesta previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;



(ii) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem nenhuma disposição legal, contrato ou instrumento do qual seja parte, nem resultarão em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos, ou (b) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

(iii) esta Escritura e as Garantias, prevista acima, constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora e das Garantidora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil, tendo os representantes legais que assinam esta Escritura poderes para assumir, em nome da Emissora, as obrigações nela estabelecidas;

(iv) tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais relevantes para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas;

(v) está cumprindo com todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução dos negócios da Emissora e que sejam relevantes para a execução das atividades da Emissora, inclusive com o disposto na legislação e regulamentação ambiental, adotando, quando o caso, as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social;

(vi) as demonstrações financeiras da Emissora apresentam de maneira adequada a sua situação financeira nas datas a que se referem, tendo sido devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil. Desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, a Emissora não tem conhecimento de nenhum impacto adverso relevante que cause prejuízos na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação envolvendo a Emissora fora do curso normal de seus negócios e que gere prejuízos ou seja relevante para a Emissora, não houve qualquer alteração no capital social ou aumento substancial do endividamento da Emissora;

(vii) não tem conhecimento da existência de nenhuma ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto substancial, material e adverso à Emissora, além daqueles mencionados nas demonstrações financeiras disponibilizadas pela Emissora ao mercado;

(viii) manterá em vigor toda a estrutura de contratos e demais acordos existentes necessários para assegurar à Emissora a manutenção das suas condições atuais de operação e funcionamento;

(ix) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são materialmente corretos e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora, tendo sido disponibilizadas informações sobre as transações relevantes da Emissora, bem como sobre os direitos e obrigações materialmente relevantes delas decorrentes;



(x) não omitiu ou omitirá nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa da sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos investidores das Debêntures;

(xi) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia fechada de acordo com as leis brasileiras;

(xii) não tem nenhuma ligação com o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções com relação a esta Emissão;

(xiii) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura;

(xiv) tem conhecimento de que não poderá realizar outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data da comunicação à CVM do encerramento da distribuição, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;

(xv) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade entre a Emissora e o Coordenador Líder, em observância ao princípio da boa-fé; e

(xvi) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Emissora e/ou das Garantidoras de suas obrigações nos termos da presente Escritura e dos Contratos de Garantia, bem como pelo registro da Emissão na CETIP.

10.1.2. Sem prejuízo do disposto no item 11.1 acima, a Emissora compromete-se a notificar imediatamente os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, inconsistentes, imprecisas, incompletas, incorretas ou insuficientes, a partir da data em que forem prestadas.

## **CLÁUSULA XI DISPOSIÇÕES GERAIS**

### **11.1. Comunicações**

11.1.1. Qualquer notificação, instrução ou comunicação a ser realizada entre as Partes em virtude deste Contrato deverá ser entregue pessoalmente, por correio, *courier* ou correio eletrônico, desde que, em qualquer hipótese, acompanhada de comprovante de recebimento, devendo ser endereçada a:

**Para a Emissora:**  
**CORUMBÁ CONCESSÕES S.A.**  
SIA, Trecho 03, Lote 1875  
CEP: 71.200-030 – Brasília - DF

At.: Sr. Marcelo Siqueira Mendes (Diretor Administrativo Financeiro) / Srt<sup>a</sup>. Jussara P.M. Fernandes da Silva (Pesquisa e Desenvolvimento – P & D) / Guilherme Arruda (Departamento Jurídico)  
Tel.: (61) 3462-5200  
Fax: (61) 3462-5224  
E-mail: mmendes@corumba4.com.br/jsilva@corumba4.com.br/goliveira@corumba4.com.br.

**Para o Agente Fiduciário:**

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

Avenida das Américas, nº 4.200, sala 514, bloco 04

CEP 22640-102, Rio de Janeiro - RJ

At.: Sr. Marco Aurélio Ferreira (Backoffice Financeiro) / Srt<sup>a</sup>. Nathalia Machado (Assuntos Jurídicos e Estruturação)

Tel.: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

E-mail: backoffice@pentagonotrustee.com.br / juridico@pentagonotrustee.com.br

**Para o Banco Mandatário:**

**BANCO BRADESCO S.A.**

Núcleo administrativo Cidade de Deus, s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara

CEP 06029-900, Osasco, SP

At.: Sra. Pérsia Alves Gonçalves de Barros / Sr. João Batista de Souza

Tel.: (11) 3684-9444 / 3684-7911

Fax: (11) 3684-2714

E-mail: [4010.persia@bradesco.com.br](mailto:4010.persia@bradesco.com.br) / [4010.jbsouza@bradesco.com.br](mailto:4010.jbsouza@bradesco.com.br)

**Para a CETIP:**

**CETIP S.A. – Mercados Organizados**

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1663, 4º andar

01452-001 - São Paulo – SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1596

Fac-símile: (11) 3111-1564

Correio Eletrônico: valores.mobiliarios@cetip.com.br

11.1.2. As comunicações serão consideradas entregues (i) quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, nos endereços acima; e (ii) se enviadas por correio eletrônico, na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de recibo emitido pelo remetente. Os originais dos documentos enviados por correio eletrônico deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) Dias Úteis após o envio da mensagem.

11.1.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada às demais Partes pela parte que tiver seu endereço alterado, em até 2 (dois) dias contados da sua ocorrência. Eventuais prejuízos decorrentes da não observância do disposto acima serão arcados pela parte inadimplente.

## **11.2. Renúncia**

11.2.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

## **11.3. Veracidade da Documentação**

11.3.1. Para prestar os serviços aqui especificados e tomar as decisões necessárias com relação ao aqui disposto, o Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade com relação às deliberações societárias e/ou atos da administração ou qualquer outro documento ou registro da Emissora que considere autêntico e que lhe tenha sido, ou seja, encaminhado pela Emissora, ou por seus colaboradores. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

## **11.4. Independência das Disposições da Escritura**

11.4.1. Caso qualquer das disposições desta Escritura venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

## **11.5. Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica**

11.5.1. A presente Escritura, as Garantias e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

## **11.6. Cômputo do Prazo**

11.6.1. Exceto se de outra forma especificamente disposto nesta Escritura, os prazos estabelecidos na presente Escritura serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

## **11.7. Custos de Registro**

11.7.1. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura e seus eventuais aditamentos e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

### **11.8. Lei Aplicável**

11.8.1 Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

### **11.9. Foro**

11.9.1 Fica eleito o foro da Comarca de Brasília, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim, as Partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas, abaixo identificadas, que também o assinam.

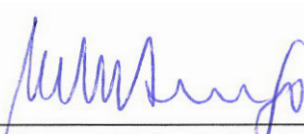
São Paulo, 18 de outubro de 2012.

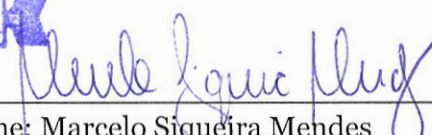
[O RESTANTE DA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO]



(Página de Assinatura 1/3 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real em Segundo Grau, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Corumbá Concessões S.A.)

**CORUMBÁ CONCESSÕES S.A.**

  
Nome: Marconi Melquíades de Araújo  
Cargo: Diretor Presidente

  
Nome: Marcelo Siqueira Mendes  
Cargo: Diretor Administrativo Financeiro

1o. OF. DE NOTAS REG. CIVIL E PROTESTO  
Guara I - DF  
Emival Moreira de Araújo - Tabelião

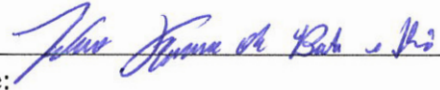
RECONHEÇO, por AUTENTICIDADE, mas  
sem exame da titularidade dos direitos  
da(s) firma(s) de:  
[CO1445801]-MARCONI MELQUIADES DE ARAUJO..  
[CO145804]-MARCELO SIQUEIRA MENDES.....

Em Testemunho da Verdade  
Brasília-DF, 19 de Outubro de 2012

048-ELZILENE LEMOS O.  
FARIAS-ESCREVENTE  
Dis.: ROSELI REIS MONTEIRO  
Selo: TJDF20120171077239RHET e  
TJDF20120171077238LWTZ  
Para consultar selo: www.tjdft.jus.br

(Página de Assinatura 2/3 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real em Segundo Grau, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Corumbá Concessões S.A.)

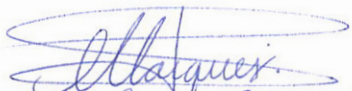
**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**


  
Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: **Pedro Silva**  
**Procurador**




(Página de Assinatura 3/3 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real em Segundo Grau, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Corumbá Concessões S.A.)

Testemunhas:

  
Nome: Jurandir P.M.F. Silva  
CPF: 276.247.258-00

  
Nome: Rafael Marques Coelho  
CPF: 124.241.127-54

	<b>JUNTA COMERCIAL DO DISTRITO FEDERAL</b> CERTIFICO O REGISTRO EM: 08/11/2012 SOB N. : ED000078000 Protocolo: 12/086274-3, DE 26/10/2012 Empresa: 53 3 0000628-8 <b>CORUMBÁ CONCESSÕES S.A.</b>  LUIZ FERNANDO P. DE FIGUEIREDO SECRETARIO-GERAL
---	--



